



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação  
Pôster

**DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS E A LEI DE ACESSO À  
INFORMAÇÃO: DIAGNÓSTICO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
FEDERAIS BRASILEIRAS<sup>1</sup>**

***OPEN GOVERNMENT DATA AND THE ACCESS TO INFORMATION  
ACT: DIAGNOSIS IN PUBLIC UNIVERSITIES FEDERAL BRAZILIAN***

**Patrícia Nascimento Silva, UFMG**  
patricia.inf@gmail.com

**Marta Macedo Kerr Pinheiro, UFMG**  
martakerr@gmail.com

**Resumo:** Os movimentos *open government data* surgiram discretamente no Brasil desde 2005, no entanto, somente após ser sancionada a Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que regulamenta o acesso a dados e informações detidas pelo governo, é que se iniciou a disponibilização de dados governamentais abertos. As universidades públicas federais, como órgãos públicos integrantes da administração direta do poder Executivo, Autarquias ou Fundações Públicas, estão subordinadas a esta lei e são espaços propícios para inovação, criação e disseminação do conhecimento. O objetivo da pesquisa é identificar as categorias informacionais dos dados governamentais abertos disponibilizados pelas universidades públicas federais brasileiras durante o primeiro triênio de implantação da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), analisar a adequação das universidades públicas federais à disponibilização das informações definidas como obrigatórias pela legislação e identificar outras categorias que sejam disponibilizadas pelas instituições. O trabalho utilizou a técnica de pesquisa documental nos sítios das universidades e a análise restringiu-se a disponibilização das informações conforme as categorias previstas na legislação. Os resultados obtidos apontam que poucas universidades disponibilizam todas as categorias obrigatórias e que algumas categorias não estão diretamente relacionadas à LAI. Conclui-se que há pouca adequação à LAI e falta uma padronização na forma de disponibilização dos dados pelas universidades, além disso, poucos dados além do rol mínimo são disponibilizados e ainda não há divulgação de que a informação seja utilizada pelas universidades em novos produtos ou serviços.

**Palavras-chave:** Dados Governamentais Abertos. Lei de Acesso à Informação. Políticas de informação. Informação governamental. Universidades.

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

**Abstract:** The open government data movement emerged discreetly in Brazil since 2005, however, only after being sanctioned the Access to Public Information Act, Law 12.527 of November 18, 2011 which regulates access to data and information held by the government, is that began the availability of data open government. The public universities federal, as public institutions members of the direct administration of the executive power, local authorities or public foundations, are subject to Law and spaces are conducive to innovation, creation and dissemination of knowledge. The objective of the research is to identify the informational categories of open government data made available by the public universities federal Brazilian during the first three years of implementation of the Access to Public Information Act (LAI), analyze the appropriateness of federal public universities the provision of information defined as mandatory by legislation and identify other categories that are available by the institutions. The paper uses documentary research technique on the sites of universities and the analysis was restricted to the provision of information as categories under the laws. The results show that few universities offer all mandatory categories and that some categories are not directly related to LAI. This study concludes that there is little adaptation to LAI and lack standardization in the form of making data available by universities, moreover, little data beyond the minimum list are available and there is no disclosure of the information to be used by universities in new products or services.

**Keywords:** Open Government Data. Access to Information Act. Information policy. Government information. Universities.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo *open government data*<sup>2</sup> entrou em destaque a partir de 2007, após a publicação de um conjunto de princípios, por um grupo de especialistas e defensores, em Sebastopol, Califórnia, Estados Unidos, sendo referido como o "*8 Open Government Data Principles*" ou "*Sebastopol Principles*". Estes princípios estabeleceram recomendações de melhores práticas sobre como os governos deveriam publicar os dados na Internet. (GUIDELINES, 2013). Após as iniciativas de governo aberto, iniciadas pelos Estados Unidos em 2009, vários países desenvolveram políticas de dados abertos e planos de ação, como o plano de ação Europeu 2011-2015, para estimular disponibilização e a reutilização de informações do setor público. Essas nações estão abrindo diversos tipos de conjuntos de dados para promover o desenvolvimento econômico, a inovação e encontrar maneiras de melhorar o trabalho do governo (MCKINSEY, 2013).

Os movimentos open government data surgiram discretamente no Brasil desde 2005, no entanto, somente após ser sancionada a Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), responsável por regulamentar o acesso a dados e informações detidas pelo governo, é que se iniciou a disponibilização de dados governamentais abertos. A nova legislação induziu a criação de planos e políticas de informação em todo o país, mesmo que discretamente, para cumprir a obrigatoriedade da disponibilização das informações

---

<sup>2</sup> *Open government data* é o termo utilizado para dados governamentais abertos.

à população brasileira. Entretanto além de cumprir uma exigência para o acesso público democrático, as informações podem ser utilizadas para diversos fins, inclusive estratégicos, dentro da própria organização (AGUNE; GREGÓRIO FILHO; BOLLIGER, 2010).

A LAI visa assegurar o direito fundamental de acesso à informação devendo ser executada em conformidade com os princípios da administração pública. Tem como princípio orientador a publicidade da informação pública, o sigilo como exceção, a proatividade dos setores públicos na disponibilização da informação de interesse público e a ênfase na mediação tecnológica como dimensão importante para garantir o fluxo de informações com o objetivo precípuo de estimular a cultura da transparência e o controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Esta pesquisa justifica-se diante da importância de diagnosticar o cumprimento da legislação, requisito básico para que os dados governamentais abertos possam ser utilizados para identificar tendências e novas oportunidades. Para tanto foi realizado um diagnóstico durante o primeiro triênio de implantação da LAI que compreende o período entre maio de 2012 e maio de 2015. O objetivo é identificar as categorias informacionais dos dados governamentais abertos disponibilizados, analisar a adequação das universidades à disponibilização das informações definidas como obrigatórias pela legislação e identificar outras categorias que sejam disponibilizadas pelas instituições. Espera-se com esta pesquisa verificar a disponibilização dos dados governamentais abertos, ainda que inicialmente dispersos e somente disponibilizados, para a criação de novos serviços e oportunidades na própria administração pública do Brasil.

## **2 METODOLOGIA**

Para o estudo em questão foi realizada uma pesquisa quantitativa com a técnica de pesquisa documental nas páginas de acesso à informação das universidades públicas federais brasileiras, analisando sua adequação à LAI.

Uma consulta no sistema e-MEC foi realizada em abril de 2015, a fim de identificar as universidades federais ativas no país, cuja categoria administrativa é pública federal. Foram aplicados diferentes filtros à plataforma para identificar instituições que atuam como universidades, excluindo as fundações, chegando-se a 55 Instituições de Ensino Superior (IES). Para cada universidade foi realizada uma pesquisa em seu site institucional para localizar sua página de acesso à informação.

Foram analisadas as categorias de informações disponibilizadas nos sítios das universidades, baseado no rol mínimo de informações que os órgãos e entidades públicas devem

obrigatoriamente disponibilizar, conforme Art. 8º da LAI. Os critérios obrigatórios incluem o registro de competências e estrutura organizacional, informações sobre repasses ou transferências de recursos financeiros, despesas, informações sobre licitações e contratos, existência de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e perguntas frequentes.

Outros critérios que excediam o rol mínimo de informações também foram analisados. Para cada universidade foi analisado se o critério estava “Atendido” ou “Não atendido”. A coleta de dados foi realizada em maio de 2015 e todos os acessos aos portais das universidades foram realizados através do *browser* Mozilla FireFox, versão 30 para Linux 64 *bits*. O presente trabalho não avaliou a qualidade e completude das informações disponibilizadas, a análise restringiu-se a disponibilização das informações conforme as categorias previstas na legislação.

### **3 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO**

Dentre as 55 universidades identificadas na busca, 45 foram analisadas (81,82%). As demais não puderam ser acessadas ou analisadas em função da página de acesso à informação não ser localizada no sítio oficial da universidade ou por estar indisponível no período da coleta de dados ou por direcionar para um dos portais oficiais de transparência sem informações específicas da universidade (Quadro 1). Assim, para estas 10 instituições, as categorias analisadas foram consideradas como “Não atendidas”.

**Quadro 1- Relação de universidades e páginas de acesso à informação**

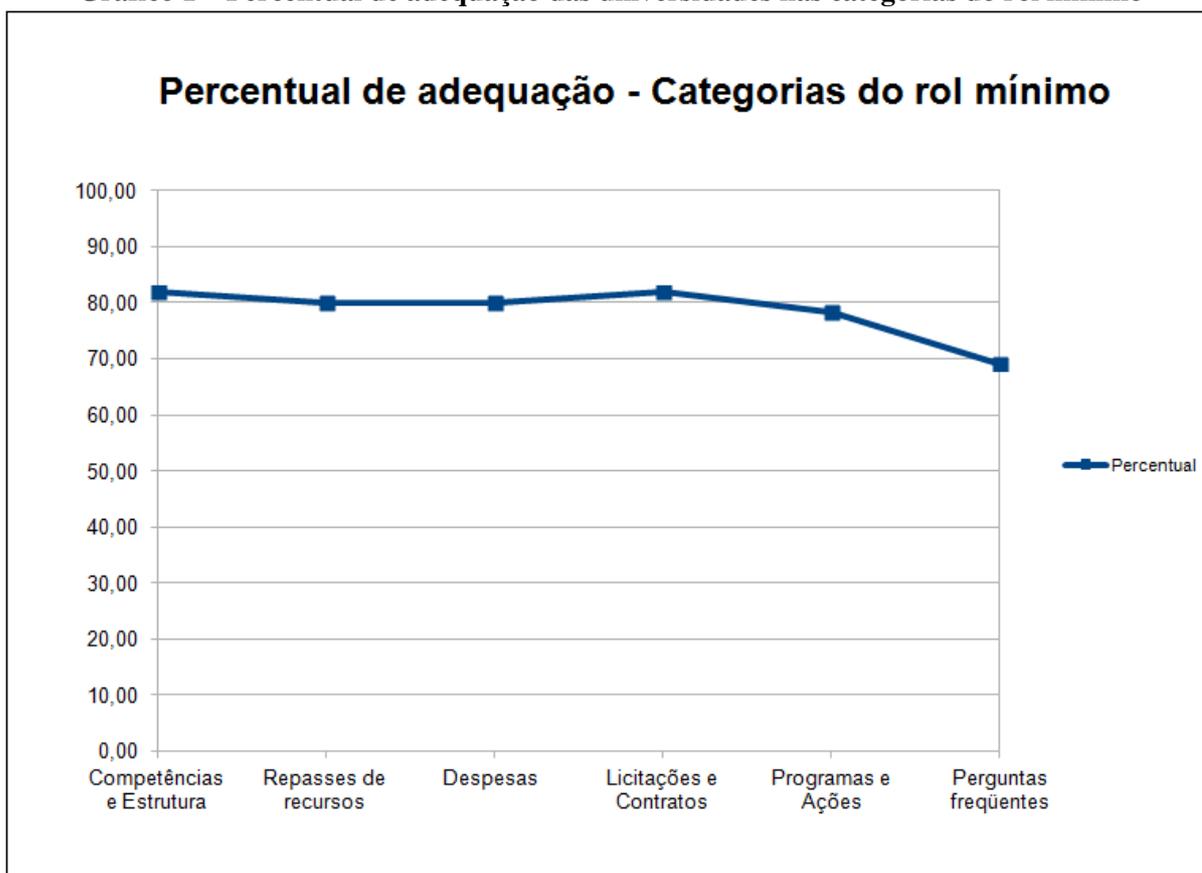
Nº	Universidade	Site institucional	Página de Acesso à Informação
1	UNILAB	<a href="http://www.unilab.edu.br/">http://www.unilab.edu.br/</a>	<a href="http://www.acaoainformacao.unilab.edu.br/">http://www.acaoainformacao.unilab.edu.br/</a>
*	UNB	<a href="http://www.unb.br/">http://www.unb.br/</a>	<a href="http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao">http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao</a>
2	UFBA	<a href="https://www.ufba.br/">https://www.ufba.br/</a>	<a href="https://www.ufba.br/acaoainformacao">https://www.ufba.br/acaoainformacao</a>
3	UFFS	<a href="http://www.uffs.edu.br/">http://www.uffs.edu.br/</a>	<a href="http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=2335&amp;Itemid=1494&amp;site=SI">http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&amp;view=article&amp;id=2335&amp;Itemid=1494&amp;site=SI</a>
4	UNILA	<a href="http://www.unila.edu.br/">http://www.unila.edu.br/</a>	<a href="http://www.unila.edu.br/acaoainformacao/institucional">http://www.unila.edu.br/acaoainformacao/institucional</a>
*	UFPB	<a href="http://www.ufpb.br/">http://www.ufpb.br/</a>	<a href="http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f">http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f</a>
5	UFAL	<a href="http://www.ufal.edu.br/">http://www.ufal.edu.br/</a>	<a href="http://www.ufal.edu.br/transparencia/">http://www.ufal.edu.br/transparencia/</a>
6	UNIFAL-MG	<a href="http://www.unifal-mg.edu.br/portal/">http://www.unifal-mg.edu.br/portal/</a>	<a href="http://www.unifal-mg.edu.br/acaoainformacao/">http://www.unifal-mg.edu.br/acaoainformacao/</a>
7	UFCG	<a href="http://www.ufcg.edu.br/index1.php">http://www.ufcg.edu.br/index1.php</a>	<a href="http://www.ufcg.edu.br/acaoainformacao/">http://www.ufcg.edu.br/acaoainformacao/</a>
8	UFG	<a href="https://www.ufg.br/">https://www.ufg.br/</a>	<a href="https://sic.ufg.br/">https://sic.ufg.br/</a>
9	UNIFEI	<a href="https://www.unifei.edu.br/">https://www.unifei.edu.br/</a>	<a href="http://www.unifei.edu.br/acaoainformacao/acesso-informacao-inicial">http://www.unifei.edu.br/acaoainformacao/acesso-informacao-inicial</a>
10	UFJF	<a href="http://www.ufjf.br/portal/">http://www.ufjf.br/portal/</a>	<a href="http://www.ufjf.br/portal/universidade/acaoainformacao/">http://www.ufjf.br/portal/universidade/acaoainformacao/</a>
11	UFLA	<a href="http://www.ufla.br/">http://www.ufla.br/</a>	<a href="http://ufla.br/acaoainformacao/">http://ufla.br/acaoainformacao/</a>
12	UFMT	<a href="http://www.ufmt.br/ufmt/site/">http://www.ufmt.br/ufmt/site/</a>	<a href="http://www.ufmt.br/acaoainformacao/">http://www.ufmt.br/acaoainformacao/</a>
13	UFMS	<a href="http://www-nt.ufms.br/">http://www-nt.ufms.br/</a>	<a href="http://acaoainformacao.sites.ufms.br/">http://acaoainformacao.sites.ufms.br/</a>
14	UFMG	<a href="https://www.ufmg.br/">https://www.ufmg.br/</a>	<a href="https://www2.ufmg.br/acaoainformacao">https://www2.ufmg.br/acaoainformacao</a>
15	UFOP	<a href="http://www.ufop.br/">http://www.ufop.br/</a>	<a href="http://www.ufop.br/acaoainformacao/">http://www.ufop.br/acaoainformacao/</a>
16	UFPEL	<a href="http://portal.ufpel.edu.br/">http://portal.ufpel.edu.br/</a>	<a href="http://wp.ufpel.edu.br/acaoainformacao/">http://wp.ufpel.edu.br/acaoainformacao/</a>
17	UFPE	<a href="https://www.ufpe.br/ufpenova/">https://www.ufpe.br/ufpenova/</a>	<a href="https://www.ufpe.br/acaoainformacao/">https://www.ufpe.br/acaoainformacao/</a>
*	UFRR	<a href="http://ufr.br/">http://ufr.br/</a>	<a href="http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao">http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao</a>
18	UFSC	<a href="http://ufsc.br/">http://ufsc.br/</a>	<a href="http://acaoainformacao.ufsc.br/">http://acaoainformacao.ufsc.br/</a>
19	UFSCM	<a href="http://site.ufsm.br/">http://site.ufsm.br/</a>	<a href="http://sites.muliweb.ufsm.br/informacao/index.php">http://sites.muliweb.ufsm.br/informacao/index.php</a>
20	UFSCAR	<a href="http://www2.ufscar.br/home/index.php">http://www2.ufscar.br/home/index.php</a>	<a href="http://www2.ufscar.br/acaoainformacao/index.php">http://www2.ufscar.br/acaoainformacao/index.php</a>
21	UFESJ	<a href="http://www.ufsj.edu.br/">http://www.ufsj.edu.br/</a>	<a href="http://www.ufsj.edu.br/acaoainformacao/">http://www.ufsj.edu.br/acaoainformacao/</a>
22	UFS	<a href="http://www.ufs.br/">http://www.ufs.br/</a>	<a href="http://acaoainformacao.ufs.br/">http://acaoainformacao.ufs.br/</a>
23	UFU	<a href="http://www.ufu.br/">http://www.ufu.br/</a>	<a href="http://www.acaoainformacao.ufu.br/">http://www.acaoainformacao.ufu.br/</a>
24	UFV	<a href="http://www.ufv.br/">http://www.ufv.br/</a>	<a href="http://www.sic.ufv.br/">http://www.sic.ufv.br/</a>
25	UFAC	<a href="http://www.ufac.br/">http://www.ufac.br/</a>	<a href="http://www.ufac.br/portal/home-ufac/acaoainformacao">http://www.ufac.br/portal/home-ufac/acaoainformacao</a>
26	UNIFAP	<a href="http://www.unifap.br/public/">http://www.unifap.br/public/</a>	<a href="http://www2.unifap.br/acaoainformacao/">http://www2.unifap.br/acaoainformacao/</a>
27	UFAM	<a href="http://www.ufam.edu.br/">http://www.ufam.edu.br/</a>	<a href="http://www.sic.ufam.edu.br/">http://www.sic.ufam.edu.br/</a>
*	UFCA	<a href="http://www.ufca.edu.br/portal/">http://www.ufca.edu.br/portal/</a>	<a href="http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao">http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao</a>
28	UFC	<a href="http://www.ufc.br/">http://www.ufc.br/</a>	<a href="http://www.ufc.br/acaoainformacao/">http://www.ufc.br/acaoainformacao/</a>
29	UFES	<a href="http://www.ufes.br/">http://www.ufes.br/</a>	<a href="http://sic.ufes.br/apresentacao">http://sic.ufes.br/apresentacao</a>
30	UNIRIO	<a href="http://www.unirio.br/">http://www.unirio.br/</a>	<a href="http://www2.unirio.br/unirio/la">http://www2.unirio.br/unirio/la</a>
31	UFMA	<a href="http://portais.ufma.br/PortalUfma/index.jsf">http://portais.ufma.br/PortalUfma/index.jsf</a>	<a href="http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/acaoainformacao/index.jsf">http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/acaoainformacao/index.jsf</a>
*	UFOB	<a href="http://www.ufob.edu.br/">http://www.ufob.edu.br/</a>	<a href="http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao">http://www.brasil.gov.br/barra#acesso-informacao</a>
32	UFOPA	<a href="http://www.ufopa.edu.br/">http://www.ufopa.edu.br/</a>	<a href="http://www.ufopa.edu.br/acao-informacao">http://www.ufopa.edu.br/acao-informacao</a>
33	UFPA	<a href="http://www.portal.ufpa.br/">http://www.portal.ufpa.br/</a>	<a href="http://www.portal.ufpa.br/includes/pagina.php?cod=sic">http://www.portal.ufpa.br/includes/pagina.php?cod=sic</a>
34	UFPR	<a href="http://www.ufpr.br/porta/ufpr/">http://www.ufpr.br/porta/ufpr/</a>	<a href="http://www.sic.ufpr.br/">http://www.sic.ufpr.br/</a>
*	UFPI	<a href="http://www.ufpi.br/">http://www.ufpi.br/</a>	<a href="http://www.ufpi.br/acaoainformacao.php">http://www.ufpi.br/acaoainformacao.php</a>
*	UFRB	<a href="http://www.ufrb.edu.br/">www.ufrb.edu.br/</a>	<a href="http://www1.ufrb.edu.br/acaoainformacao/">http://www1.ufrb.edu.br/acaoainformacao/</a>
35	UFRJ	<a href="http://www.ufjf.br/">http://www.ufjf.br/</a>	<a href="http://www.ufjf.br/la/contendo_pr.php?sigla=LEIACESSOINFO">http://www.ufjf.br/la/contendo_pr.php?sigla=LEIACESSOINFO</a>
36	FURG	<a href="http://www.furg.br/">http://www.furg.br/</a>	<a href="http://www.acaoainformacao.furg.br/">http://www.acaoainformacao.furg.br/</a>
37	UFRN	<a href="http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/;jsessionid=7F667117C5CC0B6C04B9D978ED99A422.sistemas2bi">http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/;jsessionid=7F667117C5CC0B6C04B9D978ED99A422.sistemas2bi</a>	<a href="http://www.sistemas.ufrn.br/acaoainformacao/">http://www.sistemas.ufrn.br/acaoainformacao/</a>
38	UFRGS	<a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial">http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial</a>	<a href="http://www.ufrgs.br/ufrgs/acaoainformacao">http://www.ufrgs.br/ufrgs/acaoainformacao</a>
*	UFESBA	<a href="http://www.ufsba.ufba.br/">http://www.ufsba.ufba.br/</a>	<a href="http://www.ufsba.ufba.br/acaoainformacao">http://www.ufsba.ufba.br/acaoainformacao</a>
*	UNIFESSPA	<a href="https://www.unifesspa.edu.br/">https://www.unifesspa.edu.br/</a>	Não localizado.
39	UFMT	<a href="http://www.ufmt.edu.br/">http://www.ufmt.edu.br/</a>	<a href="http://www.ufmt.edu.br/acaoainformacao/">http://www.ufmt.edu.br/acaoainformacao/</a>
40	UFVJM	<a href="http://www.ufvjm.edu.br/">http://www.ufvjm.edu.br/</a>	<a href="http://ufvjm.edu.br/sic/">http://ufvjm.edu.br/sic/</a>
41	UFF	<a href="http://www.uff.br/">http://www.uff.br/</a>	<a href="http://www.uff.br/acaoainformacao/">http://www.uff.br/acaoainformacao/</a>
*	UFRA	<a href="http://www.portalnew.ufra.edu.br/">http://www.portalnew.ufra.edu.br/</a>	<a href="http://www.acaoainformacao.gov.br/acaoainformacaogov/">http://www.acaoainformacao.gov.br/acaoainformacaogov/</a>
42	UFRRPE	<a href="http://www.ufrrpe.br/">http://www.ufrrpe.br/</a>	<a href="http://www4.ufrrpe.br/acaoainformacao/">http://www4.ufrrpe.br/acaoainformacao/</a>
43	UFRRJ	<a href="http://www.ufrrj.br/portal/modulo/home/index.php">http://www.ufrrj.br/portal/modulo/home/index.php</a>	<a href="http://r1.ufrrj.br/wp/acaoainformacao/">http://r1.ufrrj.br/wp/acaoainformacao/</a>
44	UFERSA	<a href="http://ufersa.edu.br/">http://ufersa.edu.br/</a>	<a href="http://sic.ufersa.edu.br/">http://sic.ufersa.edu.br/</a>
45	UTFPR	<a href="http://www.utfpr.edu.br/">http://www.utfpr.edu.br/</a>	<a href="http://www.utfpr.edu.br/acesso-a-informacao">http://www.utfpr.edu.br/acesso-a-informacao</a>

\*Universidades não analisadas.

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os critérios do rol mínimo é possível visualizar um alto percentual de adequação das universidades (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Percentual de adequação das universidades nas categorias do rol mínimo**

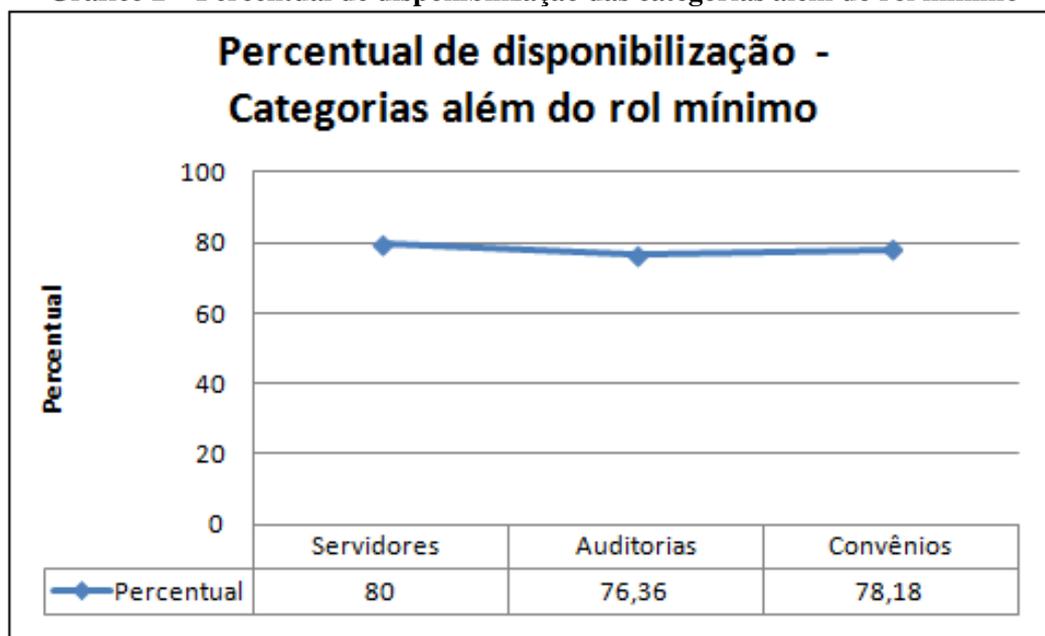


Fonte: Dados da pesquisa

As informações sobre as despesas foram identificadas em 80,0% das páginas e portais de acesso à informação, sendo que muitas universidades disponibilizavam um link do portal da transparência com um filtro da instituição já configurado. Em 81,82% das páginas e portais de acesso à informação havia informações sobre licitações e contratos e grande parte das universidades disponibilizam mais de uma fonte deste tipo de informação: arquivos próprios da instituição (relatórios, planilhas e documentos do processo ou contrato) e redirecionam também para o portal da transparência. A sessão de perguntas frequentes foi identificada em 69,09% das páginas e portais de acesso da informação. Esta categoria foi a que apresentou menor percentual além de apresentar muitas divergências. Muitas universidades divulgaram nesta categoria dados sobre dúvidas frequentes relacionadas aos procedimentos da universidade e não dúvidas referentes ao acesso à informação e transparência da instituição.

Com relação às categorias não exigidas no rol mínimo da legislação, somente as categorias servidores, auditorias e convênios foram disponibilizadas pelas universidades analisadas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de disponibilização das categorias além do rol mínimo



Fonte: Dados da pesquisa

Em poucos casos foi observado que não existe o conteúdo do link cadastrado para a categoria ou que o link de redirecionamento estava indisponível. Foi identificado que a disponibilização das informações é feita de diferentes formas, utilizando, por exemplo, arquivos no formato *Portable Document Format* (PDF) e Microsoft Excel. Desta maneira há dificuldades em utilizar filtros de pesquisa, influenciando na usabilidade da página e recuperação de informações específicas, salvo nas universidades que direcionam algumas de suas categorias para os portais oficiais relacionados à transparência.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu traçar um diagnóstico inicial da adequação das universidades públicas federais brasileiras à LAI em seu primeiro triênio de implantação. A pesquisa aponta 18,18% das universidades analisadas não disponibilizam nenhuma das categorias obrigatórias e que apenas 67,27% disponibilizam todas as categorias obrigatórias e cumprem a LAI.

Observa-se dificuldades na padronização das informações disponibilizadas. A possibilidade de concentrá-las em um único portal permitiria uma melhor organização e gerenciamento destas informações permitindo comparações e pesquisas mais complexas que poderiam envolver diferentes instituições com cortes transversais. Atualmente o portal da transparência contém as categorias de informações relacionadas às despesas, licitações e contratos e para evitar a duplicidade de dados, já poderiam ser utilizados por todas as

universidades. As limitações da pesquisa estão relacionadas ao tipo de análise realizada, já que foram avaliadas somente as categorias informacionais disponibilizadas e não o seu conteúdo.

Conclui-se que o percentual de adequação à LAI pelas universidades públicas federais ainda é baixo, já que se passaram três anos da implantação desta legislação. Como trabalho futuro sugere-se a observância dos princípios dos dados governamentais abertos, destacando os formatos de disponibilização e visualização dos dados, assim como a ampliação da utilização dos dados governamentais abertos em novos serviços e produtos informacionais para a sociedade e para a própria administração pública.

## REFERÊNCIAS

AGUNE, R. M. GREGÓRIO, F. A. S. BOLLIGER, S. P. **Governo Aberto SP: Disponibilização de Bases de Dados e Informações em Formato Aberto.** In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3. Brasília, D.F., 2010. Disponível em: <[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material\\_%20CONSAD/paineis\\_III\\_congresso\\_consad/painel\\_13/governo\\_aberto\\_sp\\_disponibilizacao\\_de\\_bases\\_de\\_dados\\_e\\_informacoes\\_em\\_formato\\_aberto.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_13/governo_aberto_sp_disponibilizacao_de_bases_de_dados_e_informacoes_em_formato_aberto.pdf)>

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm)>. Acesso em 08 mar. 2015.

e-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados.** Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015.

GUIDELINES. **Guidelines on open government data for citizens engagement.** New York : United Nations, 2013. 104p. Disponível em: <[workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/Guidelines%20on%20OGDCE%20May17%202013.pdf](http://workspace.unpan.org/sites/Internet/Documents/Guidelines%20on%20OGDCE%20May17%202013.pdf)>. Acesso em 10 jan. 2015.

MCKINSEY, C. GI. **Open data: Unlocking innovation and performance with liquid information.** 2013. Disponível em: <[http://www.mckinsey.com/insights/business\\_technology/open\\_data\\_unlocking\\_innovation\\_and\\_performance\\_with\\_liquid\\_information](http://www.mckinsey.com/insights/business_technology/open_data_unlocking_innovation_and_performance_with_liquid_information)>. Acesso em 10 abr. 2014.